

INTEGRAÇÃO ESCOLA-UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Janaina Almeida¹

Temática: Desafios y perspectivas em la formação docente. O papel das universidades

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de investigação o Programa de Desenvolvimento Educacional de formação continuada dos professores da rede básica de ensino paranaense (PDE/Pr, Brasil) com recorte na integração escola-universidade entre os anos de 2007-2010. Procura-se compreender em que medida, esse programa pode ser considerado como política educacional inovadora, organicamente articulado a partir das necessidades da educação básica e que, viabiliza uma real integração entre os professores da educação básica e os docentes do ensino superior. Para tanto, a pesquisa é de natureza bibliográfica, documental e de campo, no entendimento que os dados levantados nesses três processos investigativos não se excluem, mas se articulam para uma análise qualitativa, dialética da realidade. Conclui-se que o programa é um esforço da superação histórica da dicotomia teoria-prática da integração escola-universidade. A pesquisa aponta as dificuldades para consolidação de uma proposta de políticas públicas e de integração para além dos dois anos de curso de formação continuada nos limites em uma sociedade dividida em classes. Entretanto, os professores sinalizam à potencialidade do Programa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de desenvolvimento educacional; integração escola-universidade; formação continuada do professor; ensino superior.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um longo processo de pesquisa e traz uma análise de questões levantadas para tese de doutoramento² e tem como objeto de investigação o Programa de Desenvolvimento Educacional de formação continuada dos professores da rede básica de ensino paranaense (PDE) em conjunto com as Universidades públicas do estado do Paraná/Br, com recorte na

¹Docente e pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu (BR). Colegiado de Pedagogia. Grupo de Pesquisa: Estado, Sociedade, Trabalho e Educação (GEPEST) Dra. Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ/RJ). Correio eletrônico: janaina.almeida@unioeste.br

² Título: Política Pública de Formação Continuada do Professor: o PDE no Paraná – implicações no trabalho docente (2015, UERJ/RJ).

integração escola-universidade entre os anos de 2007-2010. Procura-se compreender em que medida, esse programa pode ser considerado como política educacional inovadora, organicamente articulado a partir das necessidades da educação básica e que, viabiliza uma real integração³ entre os professores da educação básica e os docentes do ensino superior.

A metodologia da pesquisa contou com a revisão bibliográfica e documental e, pesquisa de campo com questionário semiestruturado com professores da rede básica II ciclo do ensino fundamental e médio e docentes da Universidade Estadual do Oeste e sudoeste do Paraná. As questões, ao recorte acima proposto, foram separadas por blocos de temática: (a) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na educação básica; (b) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua; (c) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior. Responderam à pesquisa, 27 professores da rede básica (pedagogia, matemática, português, ciências e biologia) e 12 docentes do ensino superior, que participaram do programa entre os anos de 2007-2010 no processo de formação entre os anos de 2009-2010. As respostas obtidas junto ao conjunto desses profissionais foram analisadas sobre a categoria da práxis, a luz do materialismo histórico-dialético.

Na primeira seção será apresentado o Programa de Desenvolvimento Educacional para formação continuada dos professores, seus objetivos, pressupostos, concepção e perspectivas anunciado pelo governo do estado do Paraná em 2003. Na segunda seção busca-se a partir da pesquisa de campo, analisar a integração escola-universidade, fundamentada pela categoria da práxis. Para finalizar apresenta-se as considerações finais.

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE):

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – é uma política pública de Estado de formação continuada regulamentado pela Lei Complementar nº. 130/2010 do estado do Paraná. Tem como objetivo estabelecer o diálogo entre professores do ensino superior e os da educação básica, por meio de atividades

³ A integração entre a educação básica e o ensino superior não foi a categoria central investigada na Tese.

teóricas práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, integrado às atividades da formação continuada em educação, com duração de dois anos, disciplina a promoção do professor para o nível III da carreira, conforme previsto no Plano de carreira do magistério estadual, Lei Complementar nº. 103/2004, que instituiu o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica Pública. Uma lei que aproximou em muitas questões os anseios e as expectativas dos trabalhadores em educação com suas reivindicações e proposições mais antigas (APP/Sindicato, 2004;2006;2010).

Com a aprovação da Lei Complementar nº. 103/2004⁴, cria-se um nível⁵ para carreira dos professores denominada de nível III – PDE, com isso, articula-se a promoção na carreira dos professores do quadro próprio do magistério (QPM⁶) com a participação dos professores no referido Programa.

O PDE, enquanto uma política de Estado considerava duas grandes questões: (I) a possibilidade de uma formação continuada presencial, em rede, com as universidades públicas do estado aos 44⁷ mil professores do quadro próprio do magistério na perspectiva de formação continuada voltada às necessidades da educação básica (PDE, 2007), ao mesmo tempo, (II) a possibilidade de correção de um plano de carreira defasado, seja em nível salarial como da própria avaliação do desempenho dos professores, a partir da sua qualificação profissional.

Muitas discussões e ajustes antecederam a implantação do programa, sendo que a efetivação dessa política foi construída ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007, entre a categoria dos professores, representada pelo seu Sindicato (APP), a Secretaria de Estado da Educação (SEED- educação básica) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETI- ensino superior do Paraná).

No ano de 2007, estabeleceu-se um termo de Cooperação Técnica, firmando uma parceria entre as SEED e a SETI, articulando uma proposta de formação

⁴ Alterada pela Lei complementar nº. 106/2004.

⁵ Até 2004, a tabela de vencimentos dos Professores era constituída da seguinte estrutura: magistério nível especialista I; Licenciatura curta +adicional – Nível especialista II; Licenciatura curta + adicional Nível especialista III; Licenciatura Plena Nível I; Especialização Nível II. Fonte: APP Sindicato. 2011.

⁶ Professores concursados na rede estadual de ensino.

⁷ A época da aprovação do Plano de Carreira (2004). A rede básica de ensino conta aproximadamente com 58 mil professores do quadro próprio do magistério (SEED, 2013).

continuada dos professores em serviço. Tal proposta, que viria a ser o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) pretendia ser um projeto inovador com algumas características que merecem ser explicitadas: um programa de natureza interinstitucional de formação em serviço que tem na sua perspectiva a superação do histórico distanciamento entre a educação básica e o ensino superior; um programa que abrange duas secretarias do estado, universidades estaduais, faculdades estaduais e universidades federais⁸, 32 núcleos regionais de educação e aproximadamente 2,3 mil escolas.

Um programa que tem na sua proposta a articulação entre a educação básica e o ensino superior, entre as secretarias desses níveis de ensino, entre os sujeitos que compõem os quadros de trabalho, por si só já seria um grande desafio.

Mais ainda, por compreender que na materialidade concreta e objetiva de conhecer a realidade escolar, é um grande esforço coletivo, de um lado, articular a sistematização, organização, concepção e recursos orçamentários de um programa em que o professor da educação básica ao ingressar no PDE é afastado 100% de suas atividades de docência por um período de um ano e 25% de suas atividades de docência no segundo ano, que retorna à universidade para uma formação continuada, com bolsa de estudo e a possibilidade de ascensão na sua carreira e, especificamente, na sua qualificação profissional. Do outro, a universidade e seu corpo docente, recebendo os professores da educação básica, com a perspectiva de desenvolver um estudo com base na realidade escolar, conciliando suas atividades de docência nos cursos de graduação, nos cursos de pós-graduação, nas atividades de extensão e de pesquisa no dia a dia da universidade, com a extensão do Programa de Desenvolvimento educacional. Segundo dados da SEED (2010), esse programa de formação continuada envolveu diretamente entre os anos de 2007 a 2010: 7.160 professores e aproximadamente 71.528⁹ professores em grupos de trabalho em rede. Nesse mesmo período, foram produzidos 7.160 materiais didático-pedagógicos, 7.160

⁸ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade do Oeste (Unioeste), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade do Norte do Paraná (Uenp), Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FafiuV), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipa) Faculdade Estadual de Apucarana (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras Campo Mourão (Fecilcam), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

⁹ Tendo em vista que o mesmo professor pode se inscrever nos GTRs em diferentes anos.

projetos de implementação nas escolas de educação básica e o mesmo número de artigos científicos referentes à produção final dos professores concluintes do programa (PARANÁ, 2010).

No âmbito da Proposta Político-Pedagógica (2007), o PDE tinha como proposição instaurar uma nova concepção de Formação Continuada que integraria a política de valorização dos professores na Rede Pública Estadual de Ensino no Estado do Paraná e fundamentada nas bases filosóficas e o princípio educativo da ontologia do ser social (LUCKÁCS, 2013).

Dentro dessa perspectiva, elencava como pressupostos fundamentais: (a) reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem; (b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na educação básica; (c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua; (d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior; (e) criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber.

Dado o recorte deste trabalho na próxima secção será apresentada as análises especificamente sobre os itens: (b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na educação básica; (c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua; (d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E INTEGRAÇÃO ESCOLA-UNIVERSIDADE: ENTRE O INSTTUINTE E O INSTITUÍDO

As expressões instituinte e instituído, de uso corrente na literatura de Política, de Sociologia e de Educação pode ser utilizada para dar conotação aos momentos de instabilidade ou de conflito – instituinte – e às situações de estabilidade ou consensuadas/negociadas – instituído.

Instituído significa algo estável, estático. A dimensão estabelecida é oriunda da matriz do conhecimento que

sugere atendimento a normas rígidas e convencionais, como garantia de certa solidez burocratizada às instituições e práticas educativas, já que mudanças de acordo com essa matriz são pouco convenientes, porque perturbam a lógica formal das organizações escolares. A dimensão instituinte, por sua vez, alicerçada no paradigma histórico-crítico, equivale ao que ainda está sendo constituído, é algo a se estabelecer – o devir. Esta dimensão implica maior flexibilidade ao que deve ser mudado em função do contexto sociopolítico, econômico, cultural e pedagógico e dos acontecimentos cotidianos que resultam da ação dos atores da educação na instituição escolar (BREZEZINSKI, 2007, p. 230).

Tendo como pressuposto que o processo instituinte possibilita pensar em formas de superação do processo instituído na compreensão dialética da mediação e do contraditório, enquanto fundamentos essenciais para práxis¹⁰, visto que o Programa PDE é uma política pública de Estado atrelado ao plano de carreira do professor da rede estadual do Paraná e que, tem como balizador a integração escola-universidade, nos parece imprescindível uma avaliação dos pares que participaram do programa nas duas dimensões formativas: orientador/docente e o orientado/professor, para que o programa estudado possa ter formas de superação dos desafios encontrados.

Assim, tendo como eixos de análise: (a) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na educação básica; (b) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua; (c) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior.

De acordo com o conjunto das respostas obtidas entre os docentes da Universidade Estadual do Oeste e Sudoeste do Paraná, pode-se afirmar que:

Em relação ao eixo (a) dos 12 docentes da IES pesquisada que responderam ao questionário 98% afirmaram que já haviam trabalhado com a educação básica, como professor da rede, com projetos de extensão ou orientando acadêmicos nos estágios supervisionados. Porém apenas 86% dos docentes afirmaram conhecer ou ter algum contato com as novas diretrizes curriculares do estado do Paraná¹¹ (eixo norteador da proposta pedagógica do PDE) e 72% dos

¹⁰ Esse trabalho fundamenta-se na perspectiva de práxis desenvolvida por Kosik (2013) e Vasquéz (1977).

¹¹ DCNs foram construídas durante os anos de 2003-2008.

questionários respondidos explicitaram que conheciam a proposta pedagógica do PDE que tem como princípio a ontologia do ser social. Quanto ao eixo (b), 96% dos docentes afirmaram que o Programa busca a superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua; sendo que 4%, mesmo considerando o Programa um modelo único, até então, de formação continuada estudado no Brasil, sugerem que o Programa ainda precisa de muitos ajustes, de mais esclarecimentos tanto da SEED quanto da SETI, para que de fato, se torne uma formação continuada para além dos dois anos propostos. De acordo com os entrevistados sobre o eixo (c) que trata da integração escola-comunidade, 96% entrevistados afirmam que embora tenha sido envolvido duas secretarias de estado da educação, não envolveu diretamente os docentes das IES do estado, seja no planejamento e na execução da proposta e com isso gerou desconforto entre os docentes e que muitos colegas se recusaram a trabalhar no programa; ao mesmo tempo, foi unânime no conjunto das respostas que durante o processo de formação continuada (02 anos cada turma) a integração escola-universidade/educação básica-ensino superior/professor-docente foi um dos pontos considerados mais altos do programa. Os docentes afirmaram que o Programa é uma proposta inovadora, articulada, integradora no que trata a formação continuada dos professores da educação básica com a universidade.

Quanto ao conjunto de respostas dos 27 professores da educação básica, sobre o eixo (a) 67% já tinham participado de alguma atividade de formação com a universidade pública pesquisada e de todo o universo pesquisado, 45% dos entrevistados afirmou que, nesses cursos anteriores ao programa tinham relação direta com a educação básica e 100% que o Programa PDE está vinculado da realidade escolar. Em relação ao eixo (b) 95,8% que contribui de forma expressiva na formação continuada do professor e ainda 48% que perceberam mudanças expressivas na qualidade da formação e da melhora no ensino-aprendizagem dos alunos. Já no eixo (c) quanto a integração escola-comunidade, objeto central da análise desse texto: 92% dos professores garantem que durante o período da formação (02 anos) houve diferentes oportunidades de integração entre os dois níveis de ensino. 76% que se sentiram acolhidos e respeitados pelos colegas do ensino superior no processo de formação; 52% relataram a dificuldade de acompanhar os conteúdos

trabalhados durante o processo de formação, mas que esses dados tinham relação direta com a formação inicial e dos cursos fragmentados já realizados em outras oportunidades de formação e deste universo 32% sentiam um abismo entre a formação inicial (referindo-se a sua graduação) e aos conteúdos, metodologias, bibliografias estudadas no Programa. E 24% gostariam de ser ouvidos pelos docentes das IES, em que muitas vezes se sentiram abandonados e fora da discussão. E, dos entrevistados, 64% afirmam que após o término da formação do programa e com o retorno as atividades letivas nas suas respectivas escolas, não pensam em continuar os estudos em outros processos de formação em nível de pós-graduação, apenas os cursos oferecidos pelo Estado. Entretanto 36% se sentem necessidade de continuar os estudos, aprofundar os conhecimentos adquiridos nesse Programa de formação, eles relatam que se sentem mais seguros, motivados e completamente satisfeitos com o Programa e gostariam de dar continuidade, participando da universidade em projetos de extensão e de pesquisa.

A perspectiva da Práxis (VÁZQUÉZ, 1977) requer a intervenção dos sujeitos conscientes, cuja ação seja intencional. o Programa não pode ter um fim em si mesmo e pela fala dos entrevistados pode-se compreender que existe possibilidades de mudança e de superação da forma apresentada até esse estudo desenvolvido (2007-2010) e, se existe certa inadequação entre o ponto de partida e o ponto de chegada é necessário esforços coletivos para uma transformação ao longo do processo.

CONCLUSÃO: DISCUSSÃO DA PESQUISA

Avaliar os possíveis impactos que essa Política Pública de Formação Continuada dos professores da educação básica (PDE) em parceria com a Universidade Pública no estado do Paraná/BR, no chão da escola pública, na qualificação docente, na melhoria da qualidade do ensino e com o recorte na integração escola-comunidade na sua totalidade, implica outras mediações e com certeza novas pesquisas.

Entretanto, algumas considerações podem ser aferidas em relação aos eixos levantados. O conjunto das respostas dos docentes e professores nos autorizam afirmar que, o processo de formação continuada, na proposta e materialização

da mesma, avança em diferentes movimentos: das formações continuadas anteriores oferecidas pelo Estado, por meio de suas secretarias de educação, em termos de concepção, de metodologia e de princípios norteadores e que, o avanço de uma proposta de cunho progressista e crítica; que a implantação do PDE foi resultado de intensas manifestações e lutas dos trabalhadores em educação no Paraná, por meio dos seus sindicatos; que os esforços históricos de integração escola-universidade, avançou por meio deste programa.

Porém, pela voz dos próprios entrevistados, o Programa apresenta inúmeros desafios, lacunas, especialmente ao término do programa em relação integração escola-universidade fora da grade curricular do PDE, ou seja, para além do que já está instituído nos dois anos, “o caráter dialético do trabalho como modelo de práxis social, nas suas formas mais evoluídas, apresenta desvios em relação ao próprio trabalho” (LUKÁCS, 2013,p.93), esse é um caráter desafiador do PDE , dentro da perspectiva ontológica que se apresenta, a formação continuada do professor pela mediação ontológica e histórica na produção do conhecimento e da formação humana, para avanços e consolidação desse Programa de Desenvolvimento Educacional.

BIBLIOGRAFIA

APP-SINDICATO. *Cadernos de Debates*. Construindo um Plano Estadual de Educação para um Novo Governo. Curitiba: APP/Sindicato, 2004.

APP-SINDICATO. *Cadernos de Debates*. Proposta dos Trabalhadores da Educação Para o Próximo Governo: A escola pública que queremos. [S. l.]: [S. n.], maio 2006.

APP-SINDICATO. *Caderno de Resoluções*. V Conferência Estadual de Educação. Em Defesa da Escola Pública. Curitiba: APP/Sindicato, 2010.

BREZEZINSKI, I. LDB/1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BREZEZINSKI, I. (org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2007.

KOSIK, k. *Dialética do Concreto*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo; Boitempo, 2013.

PARANÁ. SEED. Decreto nº 4482 de 14 de março de 2005. Implanta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que disciplina a promoção e progressão do professor no nível III da carreira. *Diário Oficial*, Curitiba, 2005.

PARANÁ. SEED. Lei Complementar 103/2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. *Diário Oficial*, Curitiba, n. 6687, 15 mar. 2004. Disponível em:

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745#63745> . Acesso em: 30 dez. 2021.

PARANÁ. SEED. *Lei Complementar nº. 106/2004*. Altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº. 103, de 15 de março de 2004. *Diário Oficial*, Curitiba, n. 6880, 23 dez. 2004. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7367&codItemAto=62383#62383>. Acesso em: 30 dez 2021.

PARANÁ. SEED. Lei Complementar nº. 130, de 14 de julho de 2010. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº. 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná, conforme especifica. *Diário Oficial*, Curitiba, [n. 8262](#), de 14 jul. 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&codItemAto=434917>. Acesso em: 30 dez.2021

PARANÁ. SEED. Documento Institucional. *Uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual. Documento-Síntese*. Coordenação Estadual do Programa de Desenvolvimento. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br>. Acesso em: 28 nov. 2021.

VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.